

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

A CENA DO CRIME:
PARADOXO ENTRE A GARANTIA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA JUVENTUDE

Nemora Gomes da Rocha

Porto Alegre
2016

NEMORA GOMES DA ROCHA

A CENA DO CRIME:
PARADOXO ENTRE A GARANTIA E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DA JUVENTUDE

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Psicóloga.

Orientadora: Profa. Dra. Neuza Maria de Fátima Guareschi

Porto Alegre

2016

Para minha mãe, Ivone.

Agradecimentos

A todos aqueles que se sentem parte integrante do meu processo de formação. Meus pais, Ivone e Alzirino, por me dar vida e me fazerem viver. Meus irmãos, Eduardo, Ricardo e Rodrigo, por me ensinarem *ir à luta*. Às minhas amigas, Lucieli e Kellen, pelos anos de amizade. Meus colegas da psico, por compartilharem comigo esse curso. Com destaque para Daniela, que tornou tudo mais lindo e divertido. Ao SAJU, por ter sido o primeiro espaço que me permitiu usar dos meus *conhecimentos psicológicos* do meu jeito, carinho especial à Bruna e ao Leo. Meus professores, pelo conhecimento e a pela ética profissional, em especial a professora Neuza, que esteve comigo na construção desse escrito. Aos CREAS's, por ter aberto as portas para mim. E aos meus guris das medidas, pela confiança.

Quando chego ao local vejo que o saguão de espera já está cheio. Acomodei-me nas cadeiras e fiquei aguardando o advogado do CREAS. Como era um lugar novo, estava atenta a tudo que acontecia a minha volta. Não sabia exatamente o porquê, mas naquele ambiente ainda havia pessoas que me chamavam atenção e eu não conseguia classificar qual papel eles ocupavam naquele lugar. Eram homens que estavam sentados ao lado de uma porta, perto da sala de audiência. Mas logo me distrai com outras circunstâncias que se sucediam.

No ambiente, ainda havia uma senhora que organizava as audiências e ia chamando as pessoas para entrar na sala. Certo momento, essa senhora chamou os homens que estavam sentados próximos à porta, também alguns familiares e um advogado de defesa, todos ficaram de prontidão ao lado da sala. Tudo parecia se encaminhar para mais uma audiência. Quando a sala foi liberada, a senhora deu a ordem para que, então, entrassem. Nesse momento, os homens, que antes me perguntava sobre o seu papel naquele lugar, entram em uma pequena sala ao lado de onde ocorria a audiência e tiram um adolescente algemado.

O ponto de partida

As políticas socioassistenciais brasileiras configuram-se como um lugar muito fértil para atuação do profissional da psicologia. Esse campo tão amplo abarca diversas questões sociais, envolvendo uma gama complexa de problemáticas humanas. E é nesse local que se situa a minha escrita. Ela parte de experiências que se concretizaram em cerca de um e meio de estágio em dois Centros de Referência Especializado em Assistência Social na cidade de Porto Alegre: CREAS Sul/Centro-Sul e CREAS Glória/Cruzeiro/Cristal.

A assistência social no Brasil carrega várias marcas em sua história, muitas lutas foram travadas até que se tivesse consolidada uma política e, posteriormente, sua regulamentação. Durante esse percurso, outras instituições e segmentos da sociedade procuraram dar conta das questões sociais presentes. O trabalho que hoje é normatizado, anteriormente tinha sua atuação pautada pela solidariedade, filantropia e caridade religiosa (Behring e Boschetti, 2011).

A atual assistência social brasileira conta com planos, normas e sistemas estruturados e que já têm sua implantação estabelecida em todo o território nacional. No ano de 1993 foi criada a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), lei nº 8.742 e em 2004 foi consolidada a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Posteriormente, em 2005, publicou-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), que explicita a forma como a assistência social no Brasil passa a ser conduzida. A partir de todas essas regulamentações, a assistência passou a ter uma sistematicidade no seu trabalho, organizando espaços para acolher as demandas sociais por níveis de complexidade: a proteção básica e especial, de média e alta complexidade.

O serviço criado para acolher as demandas da proteção básica é denominado CRAS - Centro de Referência em Assistência Social -, que atua com as famílias e indivíduos que vivenciam algum tipo de fragilização dos seus vínculos comunitários e familiares e necessitam do apoio do Estado para enfrentar situações de vulnerabilidade. Quando esses vínculos sofrem algum tipo de rompimento, como a violação de algum direito, o serviço que passa a atender essa família ou indivíduo é o CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social.

Na cidade de Porto Alegre, o CREAS conta com três serviços. Sendo eles: (1) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); (2) Serviço Especializado em Abordagem Social; (3) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) (Brasil, 2013).

Minha atuação no CREAS foi junto ao Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). Ao longo do estágio, tive a oportunidade de acompanhar diversos jovens que eram encaminhados pelo Juizado da Infância e da Juventude para cumprir Medidas Socioeducativas no CREAS. As atividades de estágio situavam-se no acompanhamento da execução dessas duas medidas. Quando os adolescentes eram encaminhados pelo judiciário ao CREAS à equipe do Serviço de Medidas Socioeducativas realizava acolhimentos, encaminhamentos e atendimentos. Dessa forma, as atividades de estágio envolviam todas as tarefas que perfaziam o acompanhamento da MSE.

A partir das vivências de estágio, que me proporcionavam contato direto com a vida de diversos jovens, passei a me questionar como os jovens conseguiam acessar os seus direitos básicos, pois o momento de contato que tinha com eles no CREAS significava que alguma violação ele sofrera e/ou cometera para estar no serviço. Por estar situada em um política que é central na articulação com outros setores, como saúde, educação, cultura, lazer, trabalho, percebia que o caminho para a garantia de direitos parecia ser uma trajetória árdua, repleta de bifurcações, placas de sinalização erradas, pessoas que não sabiam dar informações, o que poderiam levar muitos a ruas sem saída.

O mapa dos serviços: *Não é demanda daqui*

Para pensar como se dá o acesso dos jovens aos seus direitos básicos, necessita-se conhecer os serviços que se articulam para esse fim. Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal 8.069/1990), em 13 de julho de 1990, os direitos das crianças e dos adolescentes passam a constituir uma lei específica. E a partir de sua criação muito tem sido feito para que tais direitos sejam de fato garantidos, por meio de políticas e serviços.

Os serviços voltados para a promoção dos direitos da criança e do adolescente se articulam em diversas áreas, como na saúde, na educação, na cultura, na assistência, entre outros. Assim também, diversos são os órgãos que se articulam para garantir esses direitos, como Juizados da Infância e da Juventude, Conselho Tutelar, Conselhos Municipais da Criança e do Adolescente.

A partir da operacionalização da assistência social, com a criação da LOAS, PNAS e SUAS toda a rede socioassistencial passou a operar de forma padronizada em todo o território brasileiro. Contudo, a partir da prática de estágio, percebi que essa sistematização ainda não

atingiu níveis suficientemente favoráveis para o acesso dos usuários aos seus direitos socioassistenciais. A sistematização que a política se propõe, por vezes, pode ser substituída por fragmentações, que podem ser percebidas nos fluxos de trabalho pouco eficientes. A criação do SUAS sem dúvida é um avanço para a população que acessa a assistência, contudo, ainda apresenta graves defasagens.

A criação de uma nova política proporciona o contato da população também com uma nova lógica de trabalho. Em Porto Alegre, temos o exemplo da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Após a implantação do SUAS, em 2011, passou a reordenar os serviços de assistência básica e especial de média e alta complexidade. Dessa forma, criou-se uma nova compreensão de quais serviços passam a assistir à população, pois os usuários defrontam-se com um novo funcionamento. Os serviços que eram conhecidos pela população em geral antes da criação do SUAS passam, então, a assumir outra nomenclatura, como o caso do CECOPAM - Centro da Comunidade do Parque Mapinha - que atualmente é o CRAS Centro-Sul - Centro de Referência em Assistência Social da região Centro-Sul.

Diversas vezes se fazia encaminhamentos de adolescentes para cumprir MSE de PSC no CRAS Centro-Sul e muitas deles não sabiam que lugar era esse, mas quando se referia ao antigo CECOPAM, então, sabiam do que eu estava falando. Isso, de certa forma, apresenta o rompimento da comunidade com a compreensão que se fazia do serviço, tanto pela questão da mudança de nome, quanto pelo seu novo funcionamento. O entendimento por parte do usuário rompe-se e outra lógica de funcionamento para a fazer sentido. A nova ordenação busca a implantação da política pública de forma mais eficiente, contudo, parece não ter pensado em como dar conta desse usuário que agora se depara com um novo serviço.

A população que tinha seus lugares de referência constituídos necessitou se interam acerca da nova configuração dos serviços. A padronização dos serviços da assistência, por meio da nova política, reorganiza em todo o território nacional os serviços socioassistenciais, contudo, não dá conta das perdas decorrentes dessa mudança. Ademais, buscando no site da FASC, pode-se ver que os serviços de assistência são frequentemente alterados em seu funcionamento e nome ao longo da história da assistência na Prefeitura de Porto Alegre, o que pode configurar uma descontinuidade das propostas de trabalho, que implica na mudança de compreensão por parte do usuário. A população que acessa a assistência, dessa forma, precisa se atualizar constantemente sobre os serviços que a assiste para conseguir acessar seus direitos.

Os serviços tratados até o momento dizem da complexidade e mutabilidade a rede estatal de serviços socioassistenciais, mas isso parece ainda mais preocupante quando se trata

na rede privada. Como coloca Sposati (2007), antes da criação do SUAS o trabalho para o público da assistência social era assumido, na maioria da vezes, por instituições filantrópicas. Por muitas dessas instituições serem antigas, como é o caso da Fundação Pão dos Pobres em Porto Alegre, elas acabam se vinculando à rede socioassistencial por meio de convênios, caracterizando outro setor de serviço da assistência. Entretanto, da mesma forma que algumas instituições se vinculam por meio de convênios à rede de serviços da assistência, outras instituições deixam de exercer seus trabalhos com a nova Política de Assistência, acarretando novamente outra compreensão para a população acerca da rede de serviços que a assiste. Assim, outros novos locais são conveniados, outros deixam de exercer seu trabalho, antigos locais passam a assumir novas funcionalidades, e tudo isso desencadeando em mais modificações da compreensão de funcionamento por parte de quem acessa ou acessava tais serviços.

Além da descontinuidade da rede de serviços com a qual a população se depara também se percebe a problemática da especialidades como um atravessamento que dificulta o acesso da população a seus direitos. Para pensar essa questão tem-se o exemplo da rede de serviços da saúde, que possui locais específicos para acolher certas demandas, como é o caso do Centro de Referência Infante-Juvenil – CRAI –, que atua em casos de violência contra crianças e adolescentes. Sendo este mais um serviço especializado na rede de saúde de Porto Alegre que funciona no Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas. A atuação do serviço é fundamental para acompanhar casos de violência. Contudo, representa mais um dos fios que parecem escapar da rede, pois a saúde em caso de violência distancia-se em mais uma especialidade que precisa ser acessada em um local constituído somente para está prática em saúde, demandando de quem a acessa conhecimento prévio de suas especialidades ou encaminhamento por outros serviços.

Alguns autores, como Campos, Chakour e Santos (1993), Hüning e Guareschi (2005), trabalham a questão da especialidade das práticas como sendo algo emergente por problemáticas próprias das profissões que estão nas novas formas de produção de conhecimento da contemporaneidade e não algo que venha responder uma necessidade da população em geral. Dessa forma, o produto final produzido por esses afunilamentos do conhecimento são práticas geralmente voltadas para as demandas decorrentes da lógica de mercado que as profissões estão imersas e não um benefício direto para a sociedade.

Nesse mesmo sentido, outro analisador que se soma à reflexão da complexa rede de serviços e da segmentação do conhecimento é o site da Secretaria Municipal de Direitos Humanos de Porto Alegre. O site divide-se em diversas subsecretarias subdivididas nas mais

diversas temáticas relacionadas aos direitos humanos, como se cada secretaria representa-se um direito. A sensação quando se entra no site é que não há um Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas sim, um imenso *balaios de gatos* de direitos. Isso pode demonstrar uma falta de compreensão de quem é esse sujeito que pode sofrer violações contra sua vida, pois parece que se ele não se encaixa em uma determinada temática ele não é humano, já que dentre os direitos que a secretaria propõe-se a garantir ele não se encontra. E mesmo quando há uma identificação dentre os tipos de violações que o ser humano pode sofrer, por meio da existência de uma subsecretaria, o serviço criado não é de fácil acesso, pois não há uma identificação dele dentro da rede de serviços socioassistenciais.

Como efeito dessa segmentação e especificação temos o Centro de Referência da Mulher Márcia Calixto – CRAM – que atende casos de violência contra mulher. Sendo este mais um serviço, dentre muitos que há na página da Secretaria, que se materializa em uma especialidade de atendimento. Contudo, não há *a priori* nenhuma indicação na rede socioassistencial da existência desse serviço que acolha esse tipo de demanda. Nos dois CREAS que realizei estágio deparei-me com profissionais que desconheciam a funcionalidade e a existência deste local. Dessa forma, o que se pretendo mostrar com isso não é o debate da problemática abordada pelos serviços, mas sim, sua forma de atuação, muitas vezes, equivocada, que parece promover práticas que talvez não respondam as demandas emergentes, já que elas não consegue ser acessadas.

A análise feita até o momento parte da realidade da rede de Porto Alegre, entretanto, caso seja necessário o contato com outro município, há outra gama de serviços que precisam ser decifrada até que se compreenda os fluxos de trabalho e algum encaminhamento efetivo possa ser feito. Isso pensando na realidade do usuário que já acessou a rede de serviço e constituiu um trabalhador de referência que se responsabilize pelos encaminhamentos. Mas caso isso não tenha acontecido, cabe ao usuário coragem para adentrar nas complexidades e segmentações dos serviços que os assiste.

Até aqui se analisa como os serviços se articulam para garantir o acesso aos direitos da população, entretanto, não se tem o objetivo de questionar de fato as políticas criadas, pois, compreende-se que ainda hoje não houve uma implantação efetiva delas. Todas essas colocações se configuram como algo sendo dito para a política pública no sentido de alertas para os perigos que ela está enfrentando pelo caminho de implantação.

A problematização feita é a partir do olhar de quem está dentro de um dos serviços da rede socioassistencial, contudo, cabe pensar, como os jovens conseguem entender e acessar seus direitos frente este emaranhado de serviços. A complexidade dessa divisão é tanta que

dificulta a atividade dos próprios trabalhadores, como, então, esperar que os jovens consigam encontrar-se frente tal complexidade? Parece, até o momento, que quanto mais se modifica e mais se especializa, mais distante também está o usuário de seu direito.

O trabalhador sem norte: *se tu tiveres sorte, quando ligar pra lá consegue falar com beltrana*

A problematização dos serviços traz à tona as dificuldades que podemos encontrar para a boa execução das políticas públicas. As questões que impedem o bom andamento dos serviços é assunto diário na vida dos trabalhadores que vivenciam tais problemáticas. A partir do convívio diária com os trabalhadores da assistência social, e me identificando como uma muitas vezes, passei a tentar compreender as dificuldades enfrentadas por aqueles que tentam desvendar os mistérios da rede e dar respostas adequadas às demandas de trabalho.

Frente à organização precarizada dos serviços, os fluxos de trabalho parecem assumir lógicas pouco eficientes. O trabalhador constantemente se depara com novos pontos na rede, o que demanda grande parte do seu tempo na tentativa de compreendê-los e, a partir disso, encontrar possíveis pontos de comunicação entre eles. Devido os serviços frequentemente estarem organizados de forma complexa, o trabalhador precisa demandar grande parte do seu tempo decifrando o funcionamento desses locais.

E por cada local ter suas especificidades, também se cria novas formas de comunicação, que podem ser facilitadores ou não do serviço. Uma das formas constantes de comunicação que pude perceber ao longo do estágio não poderiam ser classificadas como fáceis, pois a maioria delas era de fato efetivada após grandes burocracias, como longos telefones e relatórios. Pode se pensar que isso acaba acontecendo porque muitos dos serviços conta também com outros trabalhadores que desconhecem a atuação do seu serviço nessa mutável rede, assim também, como desconhecem o funcionamento do local que os solicita.

Entretanto, não rara são às vezes, o contato com outros locais não se efetiva pelas dificuldades impostas pelo próprio profissional, pelo desconhecimento do funcionamento do serviço solicitado ou simplesmente por não se disponibilizar a dar informações. Essa questão se materializa na fala que muitas vezes se escuta quando se dirige a outro serviço: “*não dá para falar com a fulana nesse serviço, ela nunca da informação certa*”, “*se tu tiveres sorte, quando ligar para lá consegue falar com beltrana*”. Sendo isso um exemplo de comportamentos que restringem o bom funcionamento dos serviços a questões individuais.

O trabalho não se propõe a fazer uma análise sobre as motivações que levam os trabalhadores a se identificarem mais ou menos com os serviços a ponto de tentar buscar uma compreensão mais ampla sobre a rede de serviços voltada para os usuários. Contudo, ao longo do tempo de estágio pude vislumbrar possíveis atravessamentos que tornam o trabalhador mais implicado ou não em buscar o entendimento das problemáticas envolvidas no complexo trabalho na assistência.

Ao remeter a discussão para o campo individual, percebe-se que a vida dos trabalhadores também podem ser afetadas por outras questões para além daquelas próprias dos serviços. Sendo uma dessas questões a própria lógica de mercado a qual os trabalhadores se encontram. A problematização dessa aspecto pode ser pensado junto aos trabalhadores que não fazem parte do quadro de funcionários da prefeitura, na maioria, trabalhadores terceirizados. Ao longo do período que estive no CREAS, percebi que muitos deles ocupavam posições dentro dos serviços porque necessitavam de uma remuneração e não necessariamente porque se identificavam com o trabalho executado. Da mesma forma, muitos dos trabalhadores tinham seus empregos garantidos por indicações pessoais, o que aparentava acarretar para esse trabalhador um compromisso muito maior com quem o indicava do que com o usuário.

Esses questões podem ser percebidas em qualquer local de trabalho, contudo elas são pontuadas neste escrito porque dizem da particularidade do trabalho na assistência. Muitos dos trabalhadores relatavam esses pontos cotidianamente, o que parecia trazer grande sofrimento, pois desencadeavam estresse constante no dia a dia do trabalho. Contudo, isso podia ser percebido também no trato com as demandas do serviço, que eram colocadas, devido às problemáticas pessoais desencadeadas pelo trabalho, acima das demandas trazidas pelos usuários.

Ao pensar essas questões facilmente recai-se para a culpabilização do trabalhador, contudo, como colocado por Hamann (2012), os fenômenos social que produzem tais formas de trabalho são invisibilizadas, deslocando a compreensão coletiva do fenômeno, atrelando, dessa forma, a conduta do trabalhador somente as suas escolhas individuais e não ao sistema que ele está inserido. Nessa jogo de força, a atuação do profissional dentro dos serviços também está envolta dessa lógica, submetendo o sujeito às pressões do sistema. A lógica capitalista faz com que as pessoas tenham que se submeter a determinadas situações para garantir sua sobrevivência dentro do sistema, colocando assim outro sentido no trabalho, como o retorno financeiro.

Além disso, cabe pensar outros elementos que colocam o trabalho na assistência social como algo marginal, como, por exemplo, o pouco investimento que há nas políticas públicas. O trabalhador que vê seu trabalho pouco reconhecido e que precisa demandar grande investimento para ver alguma resposta efetiva para seu trabalho, acaba desimplicando-se com o seu fazer. O profissional cansado dessa lógica de trabalho faz da assistência algo transitório, pois não vê seu investimento sendo reconhecido. Dessa forma, a saída para essa questão é fazer do trabalho na assistência algo provisório.

Somando-se como mais um elemento aos desgastes produzidos pela lógica de trabalho pouco efetiva, temos a burocratização e os efeitos dela na rotina, sendo muitas vezes mais um impeditivo para a resolução direta das demandas, acarretando mais dificuldade a execução plena do trabalho. A burocracia se materializava a partir do grande número de relatórios e reuniões, dentre outras formas, muitas vezes, sobrepondo-se às demandas dos serviços. Dessa forma, o trabalhador precisava demandar grande parte do seu tempo respondendo as demandas impostas pelas burocratizações ao invés das demandas trazidas pelos usuários.

Entende-se que os papéis que se preenche dizem de vidas. Entretanto, a problemática está quando esses papéis são acionados com maior frequência que o próprio usuário. Existe também o trabalho das outras áreas - saúde, educação - que constroem seus fluxos de serviços, o que acaba gerando mais uma linha de trabalho por meio de lógicas diferentes, necessitando de uma comunicação específica, mas na maioria delas burocratizada.

Outro ponto constante na vida do trabalhador é a falta de recurso para que seu trabalho seja de fato dado. Diversas vezes dentro do serviço encaminhamentos não foram realizados por falta de recursos. Talvez a vivência mais marcante seja a constante iminência da falta dos cartões assistências de passagem de ônibus municipais para os usuários se locomoverem pela cidade. Para que os adolescentes possam comparecer a seus atendimentos no CREAS dá-se passagens para que eles possam fazer o deslocamento. Contudo, algumas vezes esses recursos não são encaminhados pela prefeitura, o que acaba ocasionando o cancelamento dos atendimentos.

Esse é somente uma das precariedades que o trabalhador tem acesso. Cabe colocar a falta do pagamento da conta de telefone, que impede o contato com outros locais e usuários, deixando quase na inércia o serviço. Falta de recursos no próprio espaço de trabalho, como salas sem privacidade ou um número escasso delas. Diversos são as dificuldades em termos de recursos que o trabalhador precisa saber lidar diariamente e que tem consequência também para os usuários.

Aqui não se pretende enumerar todas as problemáticas que o trabalhador pode encontrar no dia a dia da assistência. Até mesmo porque cada trabalhador tem um entendimento do que mais lhe afeta. As minhas pontuações representam isso, pois são colocadas aqui algumas das questões que durante minha permanência no estágio percebi como mais fortes. E o que choca é que todas essas questões levantadas até o momento parecem colocar o usuário mais distante ainda dos seus direitos, tornando a trajetória de busca de suas garantias mais complexa e longa.

Uma parada necessária para repensar a trajetória: a prática coletiva do ato infracional

As questões expostas tentam analisar as dificuldades que os jovens ainda encontram para acessar o sistema de garantia de direitos. As colocações feitas não buscam a invalidação do sistema, mas sim, uma análise acerca do seu funcionamento atual. Nessa tentativa, busca-se expor o quanto ainda atuamos de uma forma precarizada e que muitas vezes viola ao invés de garantir direitos, pois impede que o usuário consiga acessar o que lhe é de direito.

Dessa forma, o jovem que tem na prática seus direitos básicos garantidos por tais órgãos e instituições acabam sofrendo, em decorrência da precariedade da organização dos serviços e conseqüente precarização do trabalho, possíveis violações dos seus direitos. As vivências trazidas até aqui parecem representar uma trajetória de violências institucionalizadas. E o caminho de precarizações demonstradas até então tem como vítima final o usuário, que não tem acesso aos seus direitos.

A precariedade tratada pode ser percebida quando um trabalhador precisa acolher demandas de atendimento maiores que as estabelecidas nas normas e ainda por cima dedicar boa parte do seu tempo a outras atividades exaustivas, como aquelas impostas pela burocratização. Em decorrência disso, o tempo que poderia ser dedicado para o atendimento dos adolescentes, muitas vezes, precisa ser reduzidos. A supressão do tempo destinado ao jovem reduz também o tempo que se tem para compreender junto com ele as complexidades de sua vida.

Contudo, certos aspectos da vida do jovem são elementos obrigatórios para o Plano Individual de Atendimento que consta na Lei 12.594/12, Sinase - Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Segundo o Sinase, o PIA deve trazer “os resultados de uma avaliação interdisciplinar realizada pela equipe técnica; os objetivos declarados pelo adolescente; a previsão de suas atividades de integração social e/ou capacitação profissional; atividades de integração e apoio à família; formas de participação da família para efetivo

cumprimento do plano individual; e medidas específicas de atenção à saúde” (BRASIL, 2012).

Os dados que são colocados nesse documento são colhidos no tempo máximo de 15 dias, pois esse é o limite para encaminhar as informações ao judiciário. A realidade do trabalho que acompanhei nesses anos de estágio demonstraram que tais elementos são, na maioria dos casos, recebidos em apenas um atendimento, já que a demanda de trabalho é muito grande e não se tem como dedicar maior tempo para os jovens. O profissional, frente à escassez de tempo, precisa se ater aos aspectos da vida do jovem que são exigidos no documento e aqueles que ele ou o jovem entendem como relevantes ficam em segundo plano. Nesse sentido, mais uma vez as demandas de trabalho superam o atendimento, pois os aspectos trazidos pela condição do jovem de infrator precisam ser atendidas primeiramente e superam a sua condição de sujeito autônomo capaz de falar de si e do que lhe é emergente.

Como coloca Silva e Huning (2013), o tempo destinado para a construção do PIA acaba se tornando muito reduzido tendo em vista a importância que se dá a esse documento dentro da política pública. A problematização feita acerca do PIA proporciona uma reflexão sobre a centralidade que o jovem tem no trabalho dentro dos serviços. O jovem é o beneficiário dos serviços, mas por outras demandas se configurarem como mais emergentes, seus interesses acabam sendo deixados em segundo plano. Isso se vê claramente na construção do PIA, pois todas as informações colhidas precisam respeitar um prazo imposto e não o tempo do adolescente. Mas isso pode também ser visto quando o trabalhador tem que dedicar grande parte do seu tempo respondendo ofício ao judiciário ou enviando-lhes relatórios para informar questões acerca desse jovem.

A redução do tempo para e com os jovens também pode ser vista na forma como os profissionais tem que conduzir os atendimentos de Liberdade Assistida. Segundo o ECA (BRASIL, 1990), consta como dever do profissional que dará cumprimento da MSE de LA a seguintes competências:

- I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;
 - II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;
 - III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;
 - IV - apresentar relatório do caso.
- (Brasil,1990)

Tais normativas nada mais são do que os direitos já garantidos por lei para esses jovens. Contudo, quando o adolescente passa a ser acompanhado na MSE de LA os direitos passam a ser supervisionados e assumem outro caráter como apontam Silva e Huning, “o que deveriam ser direitos garantidos adquire um caráter de obrigatoriedade.” Dessa forma, caso o adolescente não queira aderir a um de seus direitos, ele pode sofrer sanções, como a revisão de sua MSE e o agravamento dela.

O caráter de vigilância dos direitos que a LA assume se torna mais preocupante quando o tempo que se destina para os atendimentos resume em somente cobranças. Como já colocado, o trabalhador assume diversas atividades para além do atendimento dos jovens e o tempo de atendimento acaba, muitas vezes, sendo reduzido, tanto pelas demandas impostas pelas burocracias, quanto pela dificuldade de dar encaminhamento as demandas emergentes. O tempo que teria para o contato com o jovem, conhecer o que ele enxerga como suas demandas, para poder trabalhar de uma forma mais real, passa a ser substituído pelo que é dado *a priori*, já posto por normativas, que pouco dizem da realidade jovem.

A partir do esforço de muitos trabalhadores, que procuram formas de trabalho que dialoguem com a realidade de cada jovem, vê-se que novas caminhadas de vida podem ser traçadas e alcançadas. Contudo, o trabalhador que desenvolve essa sensibilidade defronta-se constantemente com um sistema rígido que pouco consegue conversar com o trabalhador, quem dirá, então, com os jovens. Percebe-se que quando se precisa encaminhar algum adolescente para algum serviço há, de antemão, um sentimento de desesperança, porque se sabe que encaminhamentos efetivos são difíceis de serem feitos dentro da estrutura de serviços que se tem para trabalhar. E, por vezes, sabe-se que determinado encaminhamento somente será efetivo caso tenha algum intermediador, como um servidor do CREAS, para facilitar o contato. Pois caso o próprio jovem tente buscar algo não conseguirá com a mesma facilidade caso haja um trabalhador como referência. Dessa forma, cabe a questão de como trabalhar a autonomia do sujeito se soubesse que para ele acessar os seus direitos precisa-se de alguém que tenha uma voz mais forte que ele.

Ademais, para que o encaminhamento se efetive exige-se muito mais do trabalhador do que o conhecimento dos fluxos de trabalho e da compreensão que todas as burocracias envolvidas. No atual cenário, demanda-se do trabalhador implicação. Durante o tempo que tive nos dois serviços não foram raras as vezes que se via funcionários dando respostas superficiais para a demanda dos usuários: “o *serviço não funciona dessa forma*”, mas não se explica para o usuário como então ele deve proceder; “*não consegui dar encaminhamento a sua demanda*”, ao se deparar com a primeira negativa de algum serviço; “*não é nesse*

número”, mas não se preocupa em procurar e passar o número de telefone correspondente ao serviço. Esquece-se que nesse meio existem sujeitos que estão na busca por condições de vida mais humanas e que é trabalho de cada profissional atuar em conjunto nessa caminhada.

Certos locais atuam na lógica do lavar as mãos, caminha-se com a demanda até receber a primeira negativa e, após isso, coloca-se um ponto final, como se tivesse buscado todas as possibilidades possíveis para a resolução do problema. Sabe-se que em locais que tem um funcionamento pouco compreensível, com trabalhadores com grandes demandas de trabalho, conseguir garantir um encaminhamento exige-se implicação. O trabalhador tem que ter persistência e também saber lidar com os caminhos pouco compreensíveis da rede. Além disso, o trabalho exige do funcionário grande energia, pois as demandas que chegam à assistência se caracterizam pela complexidade, ainda mais que já se sabe que quando nenhum outro setor consegue dar conta do caso, “*manda-se para assistência*”.

Novamente se questiona a falta de investimento que há nas políticas públicas, pois não deveria ser da lógica do trabalho exigir do trabalhador mais do que aquilo que seu comprometimento com a ética profissional lhe assegura. E nesse processo que consome mais do que o trabalhador deveria dar, muitas vezes os profissionais confundem suas problemáticas pessoais, como as impostas pelo trabalho, com as dos usuários. Por tratar-se diretamente com a vida do usuário, muitas identificações podem ser provocadas nos trabalhadores. Por isso, necessita-se que o profissional esteja muito bem apropriado da ética que perfaz sua atuação para que o campo individual não invada o profissional. Isso pode ser percebido quando o trabalhador aproveita-se dos benefícios da assistência em proveito próprio. Dessa forma, as violações dos direitos dos jovens pode ser percebida quando se retira a centralidade dos seus interesses dentro dos serviços, substituindo-a por demandas externas, seja elas pela falta de investimento na política pública ou pela soberania das imposições postas pelo judiciário.

A busca por direitos abordada até o momento busca compreender como são os caminhos dos jovens que de alguma forma já estão vinculados a algum serviço, como o caso do cumprimento das MSE`s. Mas pode-se imaginar como é o acesso daqueles que não possuem um serviço para poder se apoiar. Nesse caso, retoma-se o que já foi dito sobre a forma que os serviços se organizam, onde a divisão dos serviços por particularidades e níveis de complexidade favorece o andamento do trabalho e a atuação dos experts, mas também traz certo prejuízo à população, como a dificuldade para compreendê-los e acessá-los. O acesso à informação, nesse caso, também precisa ser uma preocupação dos serviços. A ampla

variedade de serviços parece vir na tentativa de encontrar respostas às demandas emergentes, mas precisam também atentar-se para como isso chega à população.

Com as colocações feitas até aqui se busca demonstrar que a violência não é produzida somente por um sujeito. A violência do jovem não é somente dada pelo ato infracional em si, mas pela forma como os serviços se organizam ou desorganizam para promover o acesso do jovem aos seus direitos, assim como o modo como os trabalhadores conseguem lidar com essas demandas e como as políticas públicas se organizam e se comprometem com sistema de garantia de direitos.

Como coloca Bocco (2009) o ato infracional não é uma ação independente de um indivíduo privado, mas um efeito dos múltiplos elementos que o passam pelo jovem – e que passam por nós. Somando a colocação da autora com o que foi abordado até aqui, vê-se que a prática do ato infracional não tem como explicação algo que diz somente da escolha do sujeito, mas sim, das complexidades do meio em que o adolescente está inserido, até mesmo das políticas públicas que ele deixa de acessar. Colocar a culpa exclusiva no jovem pelo prática do ato infracional se torna mais uma violência exercida sobre esse indivíduo. Na somatória das violências que a juventude sofre, a prática do ato infracional se configura como apenas mais uma. Toda a trajetória apresentada até o momento, faz um esboço de um sistema que demonstra inúmeros imperfeições e que desse modo também se torna responsável pelas violações e violências que produz.

Portanto, caso se queira encontrar formas mais humanas e efetivas para os problemas que aqui foram expostos e para todos outros decorrentes da nossa configuração social, precisa-se tentar compreender como coloca Bocco, que não encontraremos soluções individualizadas para problemas coletivos. Enquanto não dispormos de um sistema e profissionais que tenham uma compreensão ampla dos caminhos de violações e violências produzidas, não conseguiremos encontrar uma solução efetiva. Isolar o problema em um único ator, como acontece com o adolescente infrator, é mais uma violência que está caindo nas contas da juventude.

Isolar o problema da violência juvenil é apenas mais um engano disseminado dentre a população:

Não se pode pensar no aumento da violência urbana, assim como no envolvimento de adolescentes em atos infracionais, a partir de um prisma individual, tendo em vista as desigualdades estruturais, e as consequências

que marcam a nossa forma de sociabilidade nos marcos do sistema capitalista. (Paiva & Oliveira, 2015, p. 46)

Assim, não há como falarmos de jovem infrator sem pensar nos outros fatores que estão envoltos em sua vida. Pensar todo um sistema estrutural de produções de violência é entender que todos, como sociedade, somos vítimas e culpados pela violência produzida pelos jovens. Isso auxilia na compreensão de que serviços e profissionais que não são acessíveis pela população também são atores desse enredo violento produzido pelo capitalismo. Esses dois elementos levantados são trazidos por quem esteve dentro dos serviços da assistência social. Contudo, compreende-se que há muitos outros fatores associados à estruturação da violência que acrescentam mais atores a prática do ato infracional que não serão elencados nesse escrito.

Continuaremos nesse caminho de criminalização da juventude?

As reflexões feitas até o momento nos levam por um caminho onde as consequências desse processo complexo de organizações e processamentos defeituosos recaem quase que exclusivamente sobre o jovem. As compreensões construídas são feitas a partir de diversas vivências, por isso, entende-se que trazê-las para uma reflexão coletiva não é tarefa fácil. Da mesma forma, encarar-se como membro de um sistema que atua coletivamente para promoção de violações de direito também é uma tarefa complexa.

Cotidianamente vivenciamos, assistimos, presenciamos situações de violência. Por isso, talvez, como uma estratégia de sobrevivência, acabamos nos cegando para muitas delas, inclusive a que produzimos. Além disso, por estarmos dispostos a acontecimentos tão graves, que demonstram a brutalidade das relações que estão sendo construídas, não percebemos as “violências domésticas” que somos atores. Ao pensar no serviço que atuo, certos comportamentos como a redução do tempo de atendimento aos jovens, os direitos colocados “*goela abaixo*”, as demandas deixadas sem respostas, nossos interesses assumindo posições anteriores as dos usuários nos serviços, dentre outras, também podem fugir do entendimento de que são violações de direitos e produtoras de violência.

Quando se vive a realidade de um serviço que trata com violações de direitos pode ser fácil se perder em tantas demandas e se tornar enrijecido com o tempo. Ao pensar sobre minha atuação, provavelmente, como forma de elaboração das diárias violações de direito que presenciei, tenha escolhido trabalhar em meu escrito final de curso com algo que tenha

ressoado em mim desde o início das minhas atividades, como a cena colocada no início do texto.

A brutalidade vivida pelos jovens, que não têm seus direitos garantidos por diversos fatores e mesmo assim são julgados violentamente sobre os atos desencadeados de todo esse processo, torna-se algo difícil de digerir. Há diversos fatores que podem influenciar para que um jovem adentrem a vida da prática do ato infracional e a partir do tempo que estive no meu estágio pude perceber que a falta da garantia dos direitos básicos são fatores que influenciam diretamente nesse “escolha sem alternativa”.

Como já colocado, talvez por vivenciarmos diariamente essas situações, acabamos não entendendo como são produzidas tais violências, ainda mais, como coloca Oliveira (2011), porque quando falamos em adolescentes infratores temos, na maioria das vezes, contato apenas com o produto final. Isso nos dá, como resposta direta, o jovem produtor de violência, e não, o jovem que as sofrera, tornando ainda mais difícil o entendimento dos possíveis fatores que acompanham o jovem na sua trajetória de violações. Dessa forma, o percurso que se construiu até aqui demonstra alguns dos furos que podem existir nessa compreensão linear entre jovem infrator e ato infracional.

A naturalização da violência torna as violações de direitos acontecimentos não mais questionáveis, pois nos habitua como acontecimentos diários, noticiados nos mais diversos meios de comunicação e muitas vezes na forma de espetáculos. A violência se torna ainda mais suportável quando as violações não são notadas com facilidade, como as que acontecem na realidade do dia a dia do trabalho. Talvez, por isso, explicar o porquê fiquei tão mobilizada com a cena relatado no início desse trabalho seja tão difícil.

Os processos de produção de violência que a juventude vivência estão marcados no jovem imobilizado pelas algemas que estava tendo sua vida conduzida a uma audiência. Contudo, em um primeiro olhar, a compreensão desse processo, que nos inclui, como sociedade, e eu, especialmente, como estagiária do CREAS, não é tão perceptível. A análise desencadeada por esse cena é uma tentativa de reflexão sobre as produções nas quais estamos inclusos, não como uma busca por culpados, mas como uma tentativa de compreensão desse complexo sistema que coopta todos.

A realidade que nos deparamos, onde a violência produzia por nós não nos choca mais, onde já estamos concretados com defesas que nos tornam menos sensíveis ao sofrimento do outro, não nos auxilia no processo de compreensão das produções de violência. Dessa forma, para além de compreender nossas implicações nesse processo, é necessário pensar em alternativas de enfrentamento:

Quando a ciência e/ou a política tentam dar conta dos sofrimentos gerados por essa realidade, são apontadas ações, diagnósticos, tratamentos e programas em um pacote apaziguador das angústias produzidas pelo mal-estar em relação a um ideal de sociedade. Apresenta-se, então, uma erradicação de anomalia, com um grau de resolutividade do problema sem questionar se o problema colocado ainda é possível. Os problemas sociais são tratados como temporários, manejáveis e resultantes de uma desorganização. Talvez, mais do que encontrar respostas, nosso desafio seja o de formular novas perguntas. (Torossian & Rivera, 2014, p. 65)

A dificuldade de compreensão da cena como um ato de imensa violência produzida pelo Estado contra o jovem pode revelar alguns pontos importantes de reflexão. Buscando na colocação de Torossian e Rivera um norte para me questionar sobre os sentimentos provocados pela cena, faço uma pergunta, que não sei se é nova, mas que ressoou a partir da cena e das vivências de estágio: Como nos tornarmos sensíveis às violências produzidas? Ao me questionar sobre isso, há uma afirmação que já está implícita: que, talvez, somente a partir da sensibilização para as violências produzidas é que algo de efetivo poderá ser feito para que as produções de violência tomem um rumo diferente, que não o massacre da juventude. E acredito ainda que ao nos defrontarmos com a brutalidade das relações que produzimos, temos que nos questionar sobre quais produções de violência somos responsáveis.

Por isso o escrito olha para as formas de atuação dos serviços e como os trabalhadores conseguem se movimentar dentro deles. O processo de produção social da violência perpassa diversos campos e a política pública é um deles.

Infelizmente, sabe-se que para uma importante parcela da população ver um jovem algema sendo encaminhado para uma audiência significa que algo de efetivo está sendo feito para que esse processo de produção de violência, no qual o adolescente está inserido, seja solucionado e assim se cria uma sensação de possível bem estar social, porque o problema, na primeira análise, está sendo resolvido. Mas isso acontece porque nos defrontamos com maior frequência com o jovem-violento-criminoso mitificado pela mídia, invisibilizando o jovem-violentado-criminalizado que aparece nos números dos indicadores sociais (Bocco, 2009).

Sendo assim, a dessensibilização à questão da violência e a sensação de justiça produzida pela criminalização do jovem tem outro ator importante, que dificulta ainda mais a compreensão de todo o processo de violações e violências que os jovens sofre:

A população, em uma reação imediata ao bombardeio televisivo, também passa a exigir penas mais severas e duras para os adolescentes, levando a crer que o aumento da violência urbana está diretamente relacionado à “impunidade”, e não a causas estruturais, agravadas pela falha das políticas sociais que deveriam prevenir e enfrentar a questão. (Paiva & Oliveira, 2015, p. 44)

Como elemento que auxilia na invisibilidade das *causas estruturais* para a produção da violência temos o papel maçante na mídia, que contribui para distanciar ainda mais a implicação da sociedade com as formas de violência produzidas. Talvez isso torne ainda mais difícil para o trabalhador compreender a importância do seu papel dentro dos serviços e, até mesmo, para os próprios gestores das políticas públicas, resultando cada vez mais em desimplicação.

A cena exposta talvez justifique o porquê de depois de o jovem passar por uma audiência seus direitos vem em forma de ordem a partir das decisões do judiciário. Talvez porque como o jovem não conseguiu acessá-los até então, agora é dever da política pública se responsabilizar por esse jovem que fugiu da norma e não teve seus direitos garantidos.

Todas as análises feitas até aqui precisam ter *a priori* o entendimento de que jovem é um sujeito de direitos. Contudo, ao antecipar por meio dos veículos de comunicação de massa a compreensão de que o jovem é um *marginal*, seja difícil o ver como esse sujeito dotado de direitos. Acredito que enquanto esse entendimento for disseminado, ver adolescente algemados continuará trazendo tranquilidade ao invés de desconforto.

A busca por novos rumos

A produção coletiva da violência parece escolher somente um ator para fazer o papel de culpado e a sociedade, de um modo geral, assiste a tudo vibrando quando este chega ao final espetáculo, no cenário de uma audiência, e ganha sua condenação. As colocações feitas neste escrito buscam como colocado por Reis (2005), quebrar a ideia de que o jovem é a grande ameaça à segurança pública, sendo o ato do jovem somente a ponta do *iceberg*. Assim, busca-se ressaltar o papel que cada sujeito assume para a produção da violência, que tem no jovem criminalizado como produto final. Contudo, reconhece-se que esse caminho de compreensão do processo coletivo de produção da violência é árduo. Além disso, reconhece também que as violações de direitos produzidas no dia a dia dos serviços culmina em mais violência.

Foram salientado mais amplamente o papel que a organização deficitária dos serviços e a forma precária como os trabalhadores atuam nesses locais podem contribuir para a violação dos direitos do jovem e assim contribuir massivamente para a produção de violência. Entende-se que somente a partir da análise da produção de violência ao qual estamos implicados é que poderemos atuar de forma mais humana.

Necessita-se também repensar o entendimento que temos de juventude:

Ao operarmos, por exemplo, com o conceito de juventude em nossas práticas, constituído e atravessado por fluxos, devires, multiplicidades e diferenças, talvez possamos perceber não mais um adolescente infrator, mas sim um jovem no qual a linha da infração é apenas uma a mais dentre tantas outras que o compõem. Isso permite a certa prática de psicologia um trabalho de intervenção que afirme a abertura de espaços para que, tanto os jovens com quem trabalhamos como nós, psicólogos, possamos criar outras vias de relação com a vida e com nós mesmos. (Coimbra, Bocco & Nascimento, 2005, p.8)

A conceituação de juventude proposta pelas autoras nutri-nos com um entendimento mais amplo sobre ser jovem. Sendo a juventude um momento de vivência complexas e produtora de inúmeras experiências. Sendo assim, cabe a nós apostar nessa potência de vida para encontrarmos formas de atuar dentro desse campo múltiplo que é a assistência. Ao reconstituir o sujeito como esse jovem repleto de potencialidades, também estamos fortalecendo a ética de nosso trabalho, retomando a centralidade do jovem na nossa prática.

Além disso, como coloca Mandelli (2014), é importante dar voz a esses jovens, potencializando os espaços em que há a oportunidade de seu desejo fazer sentido. Os espaços de atendimento de liberdade assistida possuem uma riqueza quando seu uso é feito para o jovem e não para o cobrança das determinações impostas pelo judiciário. Talvez, por isso, a importância de nos atentarmos para as violações diárias promovidas pela precarização dos serviços. Ao apostar na força da fala do jovem, poderemos encontrar formas mais reais de enfrentar à violência existente.

A ampliação do espaço do escuta do jovem atua conjuntamente com o que colocam González e Guareschi (2014) “se o espaço público é também espaço político, deve ser pensado como ação, como acontecimento, como irrupção, como uma interrupção de todos os processos automatizantes e totalizantes”. Assim o espaço de escuta também se torna espaço de mudança. Pensar a escuta do adolescente em um serviço que emerge em meio a ampliação

da política pública é fundamental, pois é dada a voz a quem de fato vivência as consequências da dessensibilização, do esquecimento, da criminalização das relações sociais. Como campo de ação temos a necessidade de reinvestir nesses espaços de transformação social, para que as colocações expressas aqui não sejam mais um análise desinvestida da prática do real de quem sofre as violações.

A cena violenta do jovem sendo encaminhado à audiência algemado necessita ser entendida como tal pela sociedade. Para que isso aconteça, precisa-se repensar as práticas e vislumbrar novas formas de atuação que não se configuram como promotoras de violações de direitos. A partir da análise de implicação da produção da violência poderemos talvez encontrar novas formas para encarar a violência que vivenciamos diariamente e não vivenciá-la apenas como um fato dado e isolado em um sujeito.

Referências:

- Behring, E. R. & Boschetti, I. (2011) *Política social: fundamentos e história* (9a ed.). São Paulo, SP: Cortez.
- Bocco, F. (2009). *Cartografias da infração juvenil*. Porto Alegre, RS: Abrapso Sul.
- Brasil. (2012). Lei 12.594. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 18 de janeiro de 2012.
- Brasil. (1990). Lei 8.069. Estatuto da Criança e do Adolescente. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília/DF, 13 julho de 1990.
- Brasil. (2013). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília/DF.
- Campos, G. W. S., Chakour, M. & Santos, R. C. (1997). Análise crítica sobre especialidades médicas e estratégias para integrá-las ao Sistema Único de Saúde (SUS). *Caderno de Saúde Pública*, 13, 141-144.
- Coimbra, C. C., Bocco, F. & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.
- González, Z. K. & Guareschi, N. M. F. (2014). Concepção sobre a categoria juventude: paradoxos e as produções nos modos de ser jovem. Em: Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 104-123). Porto Alegre, RS: Vozes.
- Hamann, T. H. (2012). Neoliberalismo, governamentalidade e ética. *Ecopolítica*. 3, 99-133.
- Huning, S. M. & Guareschi, N. M. F. (2005). O que estamos construindo: especialidades ou especialismos? *Psicologia & Sociedade*, 17, 17-28.
- Mandelli, P. A. P. (2014). “Vamos trocar um ideia?”: Um encontro nas diferenças. Em Costa, A. P. M. (Org.). *Execução das medidas socioeducativas* (pp.119-131). Florianópolis, SC: Imed.
- Oliveira, C. S. (2011). *Sobrevivendo no inferno: a violência juvenil na contemporaneidade*. Porto Alegre, RS: Sulina.
- Paiva, I. L. & Oliveira, I. F. (2015). Juventude, violência e políticas sociais: da criminalização à efetivação dos direitos humanos. Em Scisleski, A & Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Juventude, marginalidade social e direitos humanos: da psicologia às políticas públicas* (pp. 41-54) Porto Alegre, RS: EdiPucrs.
- Prefeitura Municipal de Porto Alegre. (2016). Fundação de Assistência Social e Cidadania. Recuperado de www2.portoalegre.rs.gov.br/fasc/default.php?p_secao=56

- Reis, C. (2012). *(Falência Familiar) + (Uso de Drogas) = Risco e periculosidade: a naturalização jurídica e psicológica de jovens com medida de internação compulsória*. (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Silva, A. K. & Huning, S. M. (2013). O plano individual de atendimento como um analisador de políticas públicas no sistema socioeducativo. Em: Cruz, L. R., Rodrigues, L. & Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Interlocuções entre a psicologia e a política nacional de assistência social* (pp. 149-160) Santa Cruz do Sul, RS: Unisc.
- Sposati, A. (2007). *A menina LOAS: um processo de construção da assistência social* (3a ed.) São Paulo, SP: Cortez.
- Torossian, S. D. & Rivera, N. E. (2014). Políticas públicas e modos de viver: A produção de sentidos sobre a vulnerabilidade. Em: Cruz, L. R. & Guareschi, N. M. F. (Orgs.). *Políticas públicas e assistência social: diálogos com as práticas psicológicas* (pp. 56-69). Porto Alegre, RS: Vozes.